

3

Baixada Fluminense: em busca de seus contornos e seu significado

O objetivo deste capítulo é o de refletir sobre a Baixada, levando em conta fatores que nos ajudem a compreender sua condição periférica. Para isso faremos um resumo de seu desenvolvimento urbano, do seu processo de ocupação e a relação que se estabeleceu com a cidade do Rio de Janeiro. Mais que isso, essa tarefa nos permitirá perceber os mecanismos de desigualdade e de segregação a que esta região foi submetida e como essas duas dinâmicas se relacionam, a saber, a espacial e a social.

Abordaremos também o discurso da mídia sobre a Baixada, tendo em vista seu papel no processo de naturalização de imagens. E por fim, utilizaremos dados sócio-econômicos atuais da Baixada em comparação com o restante da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Nesta análise, consideraremos que houve a tentativa de construção de uma nova postura em relação à Baixada a partir dos anos 1990, diferente daquela forjada desde os anos 1960 que a reconhecia como uma região violenta. A Baixada assume uma nova posição dentro do modelo neoliberal, mas tal fato ainda não trouxe benefícios concretos para a população, tendo em vista, por exemplo, o acesso aos serviços públicos.

Pretendemos salientar que, ao mesmo tempo em que foi palco de práticas violentas de poder, a Baixada também viu nascer movimentos sociais de grande importância e ações desenvolvidas pela população para sanar lacunas que o Estado não se preocupou em resolver. Parte da população engajou-se no desenvolvimento de estratégias de transformação do seu lugar de moradia.

Delimitar geograficamente a Baixada Fluminense apresenta-se como uma primeira dificuldade. A configuração mais comum inclui oito municípios. São eles: São João de Meriti, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo, Caxias. Nessa classificação o dado importante é quanto à centralidade de Nova Iguaçu, a partir do qual surgiram os outros municípios¹. E, conseqüentemente, uma certa

¹ Nos anos 1940 emanciparam-se Caxias, Nilópolis, São João de Meriti; nos anos 1990, Belford Roxo, Queimados, Japeri; e no ano 2000, Mesquita.

unidade entre esses municípios em termos de desenvolvimento urbano. Guapimirim, Paracambi e Magé, são os pontos de divergência devido à sua característica econômicas. Paracambi é marcada pela produção têxtil e os outros municípios ainda tem uma paisagem rural, não tendo sofrido um processo acelerado de urbanização (ENNE, 2002).

O mapa abaixo representa a área que o IPAHB (Instituto de Estudos Históricos da Baixada Fluminense) reconhece como sendo Baixada Fluminense. A expansão para a zona oeste explica-se, nesse caso, como forma de ampliação da área de atuação dos historiadores do IPAHB (ENNE, 2002).



Figura 1 – Baixada Fluminense. Fonte: IPAHB. www.ipahb.org.br

No entanto, em sua tese de doutorado Enne (2002) identifica sete recortes distintos. A classificação pode incluir Seropédica, Itaguaí, Itaboraí, São Gonçalo, Pavuna e Irajá dependendo dos critérios que se privilegia, como por exemplo: características urbanas a partir de problemas e questões sociais típicos de uma região metropolitana; a Baía da Guanabara como ponto norteador; e expansões para bairros do Rio de Janeiro, para municípios da serra e para a região metropolitana do Rio de Janeiro.

A discussão quanto à geografia é só o ponto de partida para entendimento de um lugar cujo significado está longe de ser homogêneo e/ou unívoco. Para compreendê-lo podemos lançar mão de outros parâmetros

Ao estudar como são montadas e remontadas identidades sociais na Baixada Fluminense, Enne (2002) identifica uma pluralidade de significados construídos por diversos agentes e agências.

Siqueira (2006) também estrutura sua tese a partir da articulação entre as diferentes imagens e sentidos da Baixada e a forma como são acionados pelos projetos de políticos atuando na Baixada, como Lindbergh Farias, Zito e Jorge Gama. Ela os considera como enunciadores-políticos que ao conferirem significado ao lugar, reinventam-no.

A Baixada não denota apenas uma localização geográfica, mas um espaço social, definido a partir de sua relação com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e mais especificamente com a Cidade do Rio de Janeiro.

3.1. Dos loteamentos aos grupos de extermínio

Embora se verifique uma ocupação lenta desde o início do século XVI e tendo a região ocupado a função de fornecedora de matérias-primas como carne, café, cana de açúcar para a capital, é com a construção da Ferrovia D. Pedro II, a partir do século XIX, que começa um dos processos mais significativos de sua ocupação. Com a estrada de ferro abriu-se um canal de comunicação maior com a capital.

Entender as transformações por que passou a Baixada no século XX implica considerar a Cidade do Rio de Janeiro nesse período. Alçada à condição de capital da república, a cidade será o centro da vida política nacional e lançará as bases da nascente cidade capitalista, revelando um forte padrão segregacional. Essas transformações explicam-se pela substituição do trabalho escravo pelo assalariado, a passagem da fase mercantil-exportadora para a de capitalista-industrial, a decadência da cafeicultura no Rio de Janeiro, o aumento da população urbana e a queda do Império e proclamação da República. As feições urbanas mudaram também em virtude da modernização dos serviços públicos através dos sistemas de iluminação, luz elétrica, esgoto, saneamento, transporte coletivo e telefonia.

Para melhor entendimento do processo de ocupação da Baixada é preciso considerar que, no Rio de Janeiro, o crescimento populacional, devido à migração interna e externa entre os séculos XIX e XX não foi acompanhado do aumento do número de moradias. Como resultado viveu-se uma crise de moradia que fomentou a procura por habitações coletivas no centro da cidade. Além disso, até esse período a provisão de moradia para os trabalhadores por parte dos patrões era uma prática comum. Com a modernização, a distância entre o local de moradia e o de trabalho aumentou (VAZ, 2002)

As condições sócio-econômicas da Baixada salientam algumas das contradições e efeitos nefastos de um processo de desenvolvimento sócio-econômico desordenado e excludente. Ela abrigará a população que amontada no centro da cidade, de lá serão retiradas. Entre os anos 30 e 40, experimentará um crescimento populacional vertiginoso. Nos anos 40, a população da região totalizava 184.209 pessoas, em 1950 passou a 430.522 e em 1960 atingiu 891.300 habitantes (ALVES, 2003). Os grupos de

migrantes e os pobres retirados do centro carioca, resultado da Reforma Passos², eram o rosto dessa ocupação.

As obras do Departamento Nacional da Obras e Saneamento como o Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense, a eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil a partir de 1935; a tarifa ferroviária única no Grande Rio; a construção da Avenida Brasil, em 1946; a criação do Serviço de Malária da Baixada Fluminense em 1947; a Avenida Presidente Vargas, em 1944 e a abertura da Rodovia Presidente Dutra, em 1951, são fatores que também explicam o adensamento nessa área.

A ação do Estado em prover serviços públicos de qualidade, no entanto, não acompanhou a explosão ocupacional. A região sofria com o precário abastecimento de água e de esgoto e com as péssimas condições de transportes.

Da mesma forma, a área rural da Baixada não ficou infensa a essas transformações e terminou por ser palco de uma disputa violenta por terras.

Os loteamentos, herdeiros da estrutura agrária anterior, tornaram-se a principal forma de ocupação. Com a perda da vocação agrícola, as grandes unidades fundiárias foram colocadas à disposição do capital especulativo. O processo de ocupação das terras da Baixada foi deixado à própria sorte, sem controle do Estado, o que permitiu que a ocupação seguisse a lógica do capital e do uso da violência.

Diante da ausência de conjuntos habitacionais voltados para as camadas mais baixas, a via encontrada foi a da autoconstrução. Neste processo, as relações de vizinhanças são adensadas pela experiência dos mutirões, da ajuda mútua para a ocupação do espaço. Monteiro (2001) afirma que os moradores da Baixada, desde essa época, tiveram que desenvolver estratégias de amenização dos efeitos adversos da ausência de ações sociais capitaneadas pelo Estado.

Atrás do lucro que os loteamentos produziam, surge um novo elemento que abalará o padrão de relação existente entre os lavradores e os proprietários: o grileiro. De posse de documentação falsa, eles se utilizavam de ações judiciais, violência de policiais e de jagunços para ocupação de terras e despejo de lavradores. Esse episódio comprova que as formas de segregação urbana atingiram não apenas os trabalhadores urbanos, mas também os homens do mundo rural.

² A reforma urbana empreendida por Pereira Passos, então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, nos primeiros anos do século XX, teve como inspiração as reformas de Haussmann em Paris no século XIX. O centro do Rio sofreu radical transformação, com a construção de vias amplas e a desapropriação de casa de cômodo e cortiços.

Os lavradores reagiram e se organizaram, criando a FALERJ (Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro). O movimento criado por eles, que se autodenominavam posseiros, é uma importante demonstração da capacidade de mobilização por parte de setores populares tradicionalmente desprezados pelas elites locais e pelos representantes políticos e culturais.

Nesse período, Baixada dá lugar a uma luta em que a violência era um instrumento fundamental, não apenas de proprietários e grileiros, mas também dos lavradores, pois também estes, com o desenrolar das disputas, se armaram para a defesa da posse de terra em face do avanço dos loteadores.

Pela primeira vez na história da região a violência ganha tais proporções, ao deixar de ser uso quase exclusivo dos donos do poder e passar a ser instrumento de luta de outros segmentos sociais. (ALVES, 2003)

Em sua tese de doutorado, Alves (2003) sustenta que a violência foi a estratégia de consolidação dos grupos políticos e econômicos que controlam o poder local, sobretudo as arenas estatais. A relação entre o poder local e o que ele chamada de as esferas “supra locais” de poder orientaram-se nesse sentido.

A persistência dos elevados níveis de homicídio confirmam a permeabilidade do Estado aos interesses de grupos que encontram nesse padrão de violência suas bases de sustentação.

A figura de Tenório Cavalcanti³ é, portanto, exemplar nesse sentido. Dramatiza o fazer político nos anos 1950 e 60 e a passagem da dominação política oligárquica e rural, que tinha no coronelismo sua sobrevivência, para outra, calcada no clientelismo e no populismo.

Alves (2003) aponta o grande saque⁴ de 05 de julho de 1962 como o auge da insatisfação popular. A explosão da revolta popular ocorreu na fase mais aguda de alteração desordenada da realidade que vinha se processando desde o início do século.

³ Ganhou notoriedade na disputa violenta por terras e tornou-se um dos personagens mais fortes da política naquela região. Era conhecido como "O Homem da Capa Preta", apelido que ganhou graças a uma capa escura que sempre trazia consigo, sob a qual escondia uma metralhadora apelidada "Lurdinha". Foi eleito deputado estadual e federal do Rio de Janeiro e foi candidato a governador do estado. Possuía um jornal em Duque de Caxias chamado *A Luta Democrática*, em que veiculava suas políticas na região.

⁴ Os saques começaram em Caxias e se expandiram por outros municípios da Baixada. Eles revelam não só a insatisfação com a falta de alimentos, pois o tabelamento dos preços dos alimentos não era respeitado pelos comerciantes, mas também com a situação mais geral de uma população pobre revoltada com as condições em que vivia (ALVES, 2003).

No plano político, com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a Baixada perderá o peso político adquirido. Nos anos 1950, com o crescimento populacional, ela havia assumido um grande poderio eleitoral no antigo Estado do Rio, superando o interior e Niterói (SIMÕES, 2007). Com a fusão, a região se afasta do epicentro da política do estado. E sua importância relativa só será retomada aos poucos a partir da década de 80. Sobre essa nova fase da Baixada, falaremos mais a frente.

Os efeitos da segregação urbana não se limitam apenas ao aspecto geográfico. Atinge dimensões mais amplas, institucionalizando a inferioridade social e reproduzindo desigualdades no que respeita à distribuição do poder social na sociedade, ou seja, na capacidade diferenciada dos grupos e classes em desencadear ações que lhes permitam disputar recursos urbanos. (RIBEIRO, 2004).

A violência perpassava a vida política e social da Baixada. A população respondeu, em algumas situações, na mesma moeda. Conseqüentemente, foi material rico para as páginas de jornal nessas décadas.

3.2. A Baixada nos jornais

Para darmos conta da produção midiática sobre a Baixada utilizaremos duas pesquisas: a tese de doutorado de Enne (2002) e o informe do CESEC (Centro de Estudos de Segurança e cidadania) (2006) sobre a produção jornalística com relação à segurança pública.

Estamos considerando o jornalismo como um formador de opinião, um cristizador de imagens, embora reconheçamos a importância do receptor, ou seja, do leitor ao decodificar a mensagem e, portanto, a possibilidade de múltiplas apropriações.

Enne (2002) pretende compreender a relação entre história e memória no caso da Baixada Fluminense. Ela articula dois grupos locais que compreenderiam duas grandes redes. Uma formada pelos “memorialistas”, pessoas ligadas aos institutos históricos dos municípios da Baixada, que se preocupam em resgatar a história local, privilegiando o século XIX e abordando pouco o século XX e as transformação por que passou a Baixada. A outra rede é formada pelos “acadêmicos”, historiadores por formação que realizam estudos majoritariamente sobre temas mais contemporâneos. A autora postula que, embora esses dois grupos aparentemente tenham posturas divergentes, o esforço em criar uma identidade positiva para a Baixada é o ponto que os une.

É a interação entre esses grupos que permite a autora constatar a polissemia do termo Baixada, uma vez que sua historia e seu significado são objeto de disputa. No entanto, o contraponto em comum desses grupos é a imagem da Baixada veiculada pela mídia.

Para sua pesquisa a autora trabalhou com os jornais *O Dia*, *A Última Hora* e *Jornal do Brasil* e sua produção entre o período de 1950 e 2000. A constatação é que aspectos ligados à vida urbana (saneamento, condições de habitação, saúde, educação, trânsito etc), bem como notícias sobre projetos de lei, campanhas ou atividades públicas, atividades culturais eram raramente produzidas. Em contraposição, a violência ocupa o lugar de destaque como unidade discursiva utilizada pela imprensa para referir-se à Baixada.

O ponto de inflexão são os anos 1950 e 60 em razão do protagonismo de figuras como Tenório Cavalcanti e das lutas pela posse de terras.

Segundo Mário Grynszpan (1990) as denúncias com relação à violência que dominava a luta de terras na Baixada foi favorável para os lavradores, pois deu

visibilidade aos problemas locais e lhes garantiu reconhecimento político. No entanto, com a ascensão de Tenório Cavalcanti, a vinculação entre Baixada, violência e desmando político fixou-se fortemente. O dito popular “Caxias é a terra onde galinha cisca pra frente” é a revelação da imagem de estranheza, de ausência de regras, ou de regras nada convencionais que começava a impregnar a região.

Na década de 70, a consolidação dos grupos de extermínio na região deram seguimento e um dado novo aos jornalistas. Os jornais passaram a explicitar suas análises sobre violência nos editoriais, como no caso abaixo do editorial do Jornal do Brasil, que falava sobre crimes na Baixada, intitulado “câncer vizinho”.

“Há uma estranha relação entre crime e lugares feios. E seria preciso, igualmente, que os prefeitos locais pensassem um pouco mais em termos humanos do que em obras a serem inauguradas, relegando à polícia o cuidado com o subterrâneo social. Trabalho para gerações. Mas que toda contemporização agrava. Trata-se, em última análise, de salvar o Rio de um câncer que pode estrangulá-lo” (*apud* ENNE, 2002:100).

Aliado a isso, um estudo da UNESCO, realizado na década de 1970 apontará Belford Roxo como o lugar mais violento do mudo, fato lembrado por todos os “memorialistas” entrevistados por Enne. Percebemos pouco a pouco como os jornais insistem em acentuar o quadro calamitoso que reina na Baixada, alimentando um discurso do medo que termina por justificar mecanismos de segregação social.

Na década de 1980, a violência na Baixada esteve quase que diariamente nas páginas dos jornais. Apenas no final da década, o quadro começa a modificar-se. Nesse momento, nota-se um movimento no sentido de representar a Baixada com uma imagem mais positiva. Crescem os movimentos sociais e proliferam-se diversas instituições culturais pelos municípios.

Para Enne (2002), há diferentes fatores que explicam tal mudança: a idéia de que a violência se generalizou; a criação dos cadernos sobre a Baixada nos jornais *O Dia* e *O Globo*; a criação da Linha Vermelha, que diminuiu a distância geográfica; ação dos movimentos sociais na Baixada; a percepção de que a região seria um mercado consumidor potencial; preocupação dos políticos locais em construir imagens mais positivas para seus municípios; a própria ação dos historiadores que tentam resgatar a história da região.

Enne percebe um tom de surpresa nos textos jornalísticos que retratam algo positivo sobre a Baixada. Como não podia deixar de ser, a surpresa relaciona-se com décadas de repetidas notícias negativas. Por esse motivo, a ação de agentes locais, como

movimentos sociais, rádios comunitárias, “memorialistas”, “acadêmicos” passa a ter importância fundamental.

O dado interessante é que a diminuição de notícias sobre violência na Baixada não foi provocada por uma redução da taxa de homicídios nos municípios da região. A incidência de violência letal na Baixada permaneceu sendo altíssima nos anos 90, superior às taxas do Rio de Janeiro.

Taxa de homicídio doloso, roubo e lesão corporal nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro : 2004 (100 mil hab)			
	taxa de homicídio doloso	taxa de roubo	taxa de lesão corporal
Estado	41,74	720,67	483,48
Município do Rio de Janeiro	43	1227,08	438,07
Região da Baixada	53	495,23	441,91
Belford Roxo	58,69	241,22	346,12
Duque de Caxias	56,47	914,56	428,87
Guapimirim	140,6	663,15	1260,29
Itaguaí	82,72	284,81	504,7
Japeri	37,56	52,59	450,74
Magé	21,6	165,48	343,5
Mesquita	41,01	448,87	518,31
Nilópolis	54,91	851,47	572,28
Nova Iguaçu	55,73	420,53	376,44
Paracambi	19,31	214,83	786,91
Queimados	70,74	200,44	579,21
São João de Meriti	42,44	455,19	506,46
Seropédica	59,21	331,57	486,82

Tabela 1 – Taxa de homicídio doloso, roubo, lesão corporal nos municípios da região Metropolitana do Rio de Janeiro: 2004 (100mil hab). Fonte: Registros de ocorrência da Polícia Civil - Secretaria de Segurança Pública



Figura 2 – Taxa de homicídios 2004. Fonte: Registros de ocorrência da Polícia Civil - Secretaria de Segurança Pública

Embora o município do Rio de Janeiro tenha estado no centro do debate sobre violência nos últimos anos, é o seu entorno que suscita maiores preocupações. No caso da Baixada, esse quadro inicia-se na década de 80. As taxas da Baixada mantém seu ritmo de crescimento até 1995 e logo em seguida sofre queda, assim como as taxas gerais. Entretanto, em 2002 volta a crescer e a distanciar-se do resto da Região Metropolitana e do estado.

A Baixada afasta-se dos indicadores das outras regiões apenas quanto à taxa de roubo, uma vez que crimes contra a propriedade tendem a ocorrer em áreas de renda mais alta. É a violência letal o drama da Baixada, mas como citado anteriormente, as políticas de segurança pública ainda não atuaram com eficácia nesse sentido.

Para complementar nossa compreensão violência na Baixada, consideraremos o trabalho do CESEC sobre mídia e violência na Baixada (2006) que utilizou como *corpus* os jornais *O Dia*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*; *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Agora São Paulo*; *O Estado de Minas*, *Diário da Tarde*, privilegiando as reportagens sobre segurança pública e violência na Região Metropolitana do Rio de Janeiro no ano de 2004.

Verificou-se que das 1213 notícias sobre o Rio de Janeiro, apenas 66 referem-se à Baixada. Nos jornais formadores de opinião elas são ainda mais escassas. Considerando-se os temas das matérias vê-se que enquanto no noticiário em geral o foco principal recai sobre as forças de segurança (polícia militar, polícia civil, forças

armadas e guardas municipais), no caso da Baixada a maioria das notícias refere-se a atos violentos.

Os jornais têm cumprido um importante papel, especialmente no Rio de Janeiro, de controle externo da polícia, ao denunciar casos de violência policial, corrupção e abuso de poder. O mesmo também ocorre na Baixada, mas pecam pela quase absoluta ausência de matérias sobre políticas de segurança, sociedade civil, campanhas e protestos, direitos humanos, estatísticas e pesquisas nessa região.

Quando são considerados os municípios aos quais as notícias se referem, observa-se uma distribuição que não atende à gravidade da problemática da violência e da segurança pública em cada localidade. Diversos municípios da Baixada não foram objeto de uma única notícia publicada sobre o tema durante os cinco meses na amostra analisada, embora tenham alta taxa de homicídios.

A pesquisa do CESEC conclui que:

“Não é o exagero, mas o silêncio que parece predominar na relação entre os problemas de criminalidade e segurança pública de municípios da Baixada Fluminense (como de resto em outras áreas pobres do estado e da cidade do Rio de Janeiro) e os jornais, especialmente os formadores de opinião, lidos pelas elites dirigentes e pelas classes médias e abastadas. É como se violência na Baixada não fosse um problema do Rio, mas uma mazela da Baixada.” (CESEC, 2006)

Considerando as pesquisas já realizadas sobre o assunto podemos postular que a intensa veiculação da violência na Baixada, entre as décadas de 1960 e 80, não provocou nenhum tipo de ação política que revertesse esse quadro. A reiteração de notícias sobre violência sem acompanhamento dos casos e seus desdobramento apenas fixou a imagem de violência da região.

Nos últimos anos, provavelmente diante das críticas quanto a essa postura, vimos um recuo no sentido de evitar notícias sobre violência na Baixada e outros aspectos foram privilegiados. Entretanto, as mazelas que afligem a região modificaram-se muito pouco.

Cano; Borges; Ribeiro (2001) constataram que o número de policiais atuando na Baixada não condiz com o seu grau de violência Enquanto o município do Rio de Janeiro conta com quase dois policiais para cada 1.000 habitantes, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo e Nilópolis apresentam menos de um policial para cada 1.000 habitantes. Além disso, a existência de apenas uma delegacia de

homicídios para toda a Baixada, com menos de 40 policiais e 100 inquéritos abertos apenas justificam o clima de impunidade e negligência diante da gravidade da situação.

Há ainda outro complicador que se refere ao sentimento duplo da população da Baixada com relação à presença de policiais, pois ela é percebida, concomitantemente, como uma necessidade e uma ameaça, devido à participação de agentes policiais em chacinas e em grupos de extermínio.

O poder público tem investido seus recursos de segurança preferencialmente na Cidade do Rio e em Niterói, relegando à Baixada um posto secundário, embora as taxas de crimes denunciem a incoerência de tal política.

3.3. Retrato social da Baixada

Seguindo com o objetivo de perfazer o espaço ocupado pela Baixada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, consideraremos alguns dados demográficos e sócio-econômicos.

De acordo com Bourdieu, os lugares no espaço social são determinados pela distribuição de capital (econômico, social e simbólico), que expressam as relações de dominação entre as classes na sociedade.

“Não há espaço em uma sociedade hierarquizada que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, mascarada pelo efeito de naturalização que implica a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural: as diferenças produzidas pela lógica histórica podem assim parecer surgidas da natureza das coisas” (Bourdieu, 1993:160).

Na primeira parte deste capítulo, contamos a história da Baixada a partir de seu processo de ocupação, que apontou seu lugar periférico. A literatura de sociologia urbana enxergou nos anos 1970 na forma de estruturação das metrópoles brasileiras, como no caso do Rio de Janeiro, um processo de dualização, com a criação de dois espaços: um centro e uma periferia. A segregação das camadas de menor renda, a autoconstrução das moradias e a precariedade das condições de consumo coletivos são aspectos que marcavam o espaço periférico. Em contraposição a um centro em que se concentraram as camadas médias e superiores, as oportunidades de emprego e os equipamentos e serviços urbanos.

Estudos nos últimos anos têm apontado mudanças nesse modelo centro-periferia. Debate-se sobre uma modificação no processo de produção do espaço urbano e mesmo sobre alguns pressupostos do modelo centro-periferia. Estaríamos assistindo a um novo padrão de segregação urbana, caracterizado por uma menor distância física entre ricos e pobres, mas sem aumento na interação entre eles. Os indícios dessa nova ordem urbana são a perda da primazia da metrópole no sistema urbano e a criação de “novas centralidades” na periferia, a autosegregação das classes médias e superiores e estigmatização dos espaços de pobreza como espaços de violência (CALDEIRA, 2002; LAGO, 2006; RIBEIRO, 2004).

No caso do Rio de Janeiro esse processo de redirecionamento da expansão urbana para as cidades de porte médio é flagrante. Devido ao histórico da sua ocupação e da

sua economia, pela carência de infra-estrutura, assim como pela falta de investimentos em pontos diferenciados do território, explica-se, no passado, o acentuado crescimento da Região Metropolitana e, por outro lado, o incipiente dinamismo da economia em grande parte dos municípios fluminenses. Atualmente, esse quadro vem se revertendo, pois o interior do Estado vem sofrendo mudanças significativas no arranjo espacial da produção, com destaque para a atividade extrativa no Norte Fluminense e a indústria automobilística no Médio Paraíba. Com o fenômeno da desconcentração industrial, com perdas na capacidade produtiva instalada, de introduzir novas tecnologias e na geração de empregos, a região metropolitana do Rio de Janeiro está deixando de representar a força motriz da economia do Estado. (CIDE, 2007). A instabilidade da economia fluminense explica-se pela perda da capacidade competitiva da indústria e de atratividade para a localização de empresas (LAGO, 2006).

Além disso, inicia-se um processo de “enobrecimento” da periferia. Esse processo é impulsionado pelo mercado imobiliário, que passa a investir nessas áreas e pela melhora de serviços urbanos nas áreas nobres da periferia.

Diferentemente do modelo centro-periferia, em que as classes se organizavam a uma distância tanto física quanto social, observa-se atualmente a menor distância física entre elas. Diante disso, surgem os enclaves fortificados que são propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos (CALDEIRA, 2002).

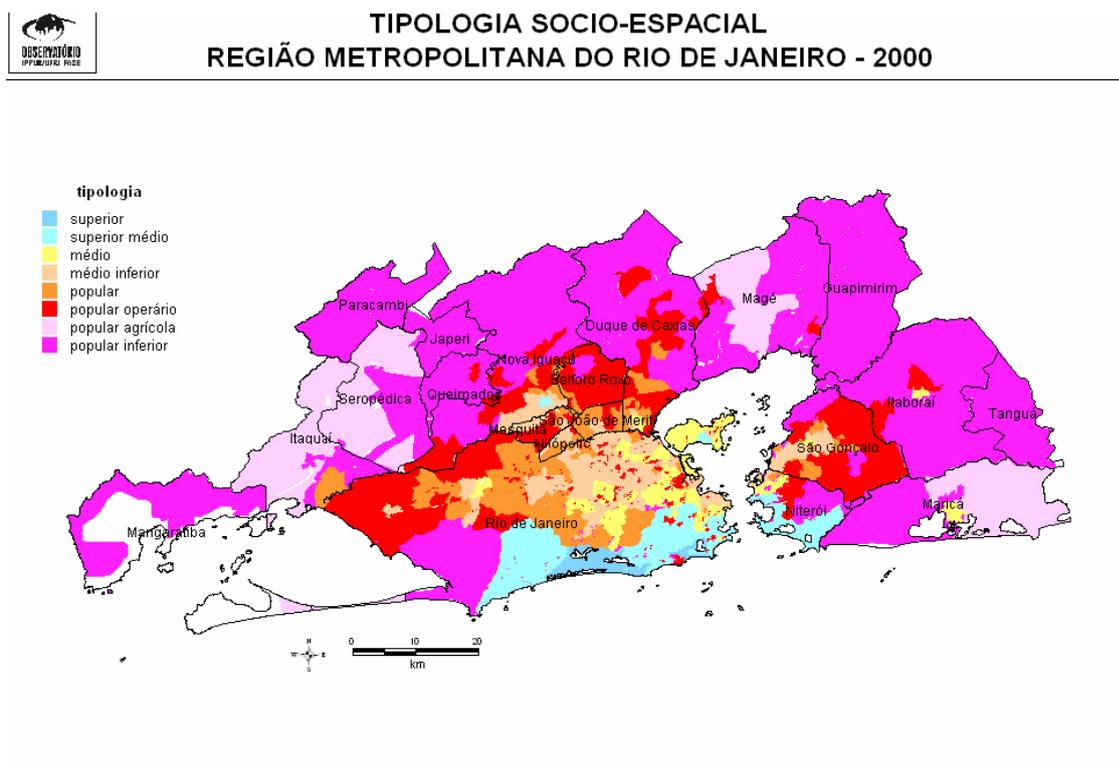
A questão negativa desse modelo é quanto à sinalização da negação da vida pública que esses enclaves emitem. A qualidade do espaço público modificou-se consideravelmente. Como consequência da intensa segregação a que as classes mais baixas foram submetidas, é razoável supor que a natureza da interação entre os grupos sociais tenha sido abalada.

Esse processo põe em xeque as concepções modernas de vida pública, que privilegiam o espaço da cidade aberto a todos, a heterogeneidade, a acessibilidade e a igualdade. Nesse novo cenário a sociabilidade é dificultada, intensifica-se a fragmentação de identidades coletivas e inferiorizam-se certos segmentos sociais, sedimentando seu não-reconhecimento e imobilidade. (CALDEIRA, 2002)

Além disso, a criação de novos núcleos, ou seja, áreas habitadas por classes médias e superiores na periferia levam a uma maior heterogeneidade desse espaço, tornando-o mais complexo.

Alguns estudiosos têm defendido que esses espaços, centro e periferia, nunca foram homogêneos (MARQUES, 2005; LAGO, 2006). A constatação da concentração de emprego, de moradias, de serviços urbanos nas áreas centrais e das enormes carências da periferia sustentava a visão dual da metrópole. As pesquisas da década de 1970, ao enfatizarem as diferenças entre centro e periferia e na tentativa de denunciar a situação de carência das classes pobres e o desenvolvimento econômico desigual do país permitiram a percepção de que esses espaços eram homogêneos. Com isso, uma série de nuances inerentes a esses espaços passou despercebida.

Toda a discussão sobre o novo padrão urbano é fundamental para entendimento da Baixada hoje. Abaixo, segue um mapa da estrutura socioespacial, ou seja, o padrão de distribuição da população segundo seu perfil sócio-ocupacional, pelas diferentes áreas do espaço metropolitano⁵.



⁵ Para o perfil sócio-ocupacional foram utilizadas oito categorias de trabalhadores, construídas através da hierarquização social das ocupações definidas nos censos demográficos. 1. superior (empresários e dirigentes do setor privado e público), 2. superior médio (profissionais em ocupação de nível superior), 3. médio (pequenos empregadores do serviço e comércio), 4. médio inferior (empregados em ocupação de rotina, supervisão, segurança, ensino básico e técnicos), 5. operário (trabalhadores da indústria e construção civil), 6. popular operário (prestadores de serviços e comerciantes), 7. popular (trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros) e 8. popular periférico (agricultores). (LAGO, 2006)

Figura 3 – Tipologia sócio-espacial – Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 2000. Fonte: Observatório das Metrôpoles - FASE/IPPUR

A observação atenta do mapa abaixo nos permitirá reconhecer que em Nova Iguaçu, como caso mais evidente, se destaca uma ilha de tipo superior médio, onde, em 2000, 10% dos residentes ocupados eram empregadores e 19% profissionais de nível superior. Contrastando com dados de décadas passadas, nota-se como Nova Iguaçu apresentou mudanças no seu perfil social, numa clara elitização, com aumento de peso dos setores superiores e médios (LAGO, 2006).

Depois de ter tido seu território estilizado em diferentes municípios, Nova Iguaçu perdeu boa parte de sua receita e contingente populacional, tendo, portanto, que reestruturar-se. Hoje, o município tem a estrutura econômica mais equilibrada da Baixada, com distribuição equitativa e proporcional entre os setores da economia. O mercado de aluguéis e a construção são os itens de maior peso, 30,5% e 15,4%, respectivamente, em virtude de um dinâmico mercado imobiliário (SIMÕES, 2007).

Também em Caxias houve aumento do peso dos setores médio e superior e uma maior diversificação econômica. Nessas áreas as alterações do espaço não se restringiram ao setor construtivo residencial, mas ainda contou com a chegada de *shopping centers* e investimentos públicos em saneamento.

Embora num ritmo bem inferior ao dos anos 1950 e 60, segue seu curso o mercado informal de lotes populares nos municípios localizados na fronteira metropolitana do Rio de Janeiro, ou seja, como Maricá, Guapimirim e Seropédica.

Segundo LAGO (2006), as regiões periféricas da metrópole, Baixada e São Gonçalo, já nas décadas de 1970 e 80 apresentavam um percentual de categorias médias não desprezível, 11,6%, e 4% de superiores. O que a permite afirmar que é preciso redimensionar a escala da segregação dos anos 70, ou seja, do pressuposto da distância física entre ricos e pobres. Além disso, a presença de favelas nos bairros nobres revela que o Rio de Janeiro experimenta, há algum tempo, a proximidade física de diferentes grupos sociais. A visão dual, centro e periferia, era adequada para se pensar as condições urbanas de vida, o acesso à moradia e os equipamentos e serviços urbanos, mas não dava conta de toda a complexidade para entendimento do espaço urbano.

A tabela 2 indica o processo de que descrevemos acima quanto ao crescimento populacional. A Baixada foi “aberta” através da produção de lotes urbanos, iniciada na

Janeiro						
Região da Baixada		65,63	153,40	635,35	1.029,93	1.200,9
Belford Roxo		76,9	296,9	2.165,90	4.508,90	5.482,50
Duque de Caxias		63,3	198,5	926,30	1.434,00	1.646,10
Guapimirim		10,4	19,4	40,00	77,4	104,8
Itaguaí		21,6	48,7	105,10	218,1	291,3
Japeri		40	106,5	438,90	792,8	1.021,60
Magé		50,8	76,9	254,90	423,5	531,8
Nilópolis		1.153,60	2.417,0	6.667,20	8.234,00	7.916,10
Nova Iguaçu		69,6	184,3	813,40	1.380,80	1.628,20
Paracambi		48,4	61	141,10	202,6	216,3
Queimados		47,9	127,5	800,80	1.267,00	1.586,50
São João de Meriti		1.133,80	2.190,90	8.664,60	12.199,80	12.946,10
Seropédica		9	30,9	99,40	195,6	242,4

Tabela 2 – Densidade demográfica. Fonte: CIDE.

É quanto ao tema das condições de moradia que um quadro de precariedade marca a Baixada. Nesta região temos uma parcela importante da população sem abastecimento de água adequado. Dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE de 2000 revelam que existe necessidade de racionamento de água em praticamente todos os municípios da Baixada. A necessidade de racionamento é atribuída, na maior parte dos casos, à falta de reservatórios de água. O sistema de abastecimento de água na região funciona de forma precária. Uma série de usuários capta água diretamente das linhas de adução, sendo estas ligações, em grande parte, clandestinas. Isto provoca falta de água ou distribuição irregular em diversos pontos, e ainda ocasiona pressão excessiva em outros. Por outro lado, as sucessivas ampliações da produção e da adução de águas, realizadas no sistema de abastecimento de água ligado ao Rio Guandu, não chegaram a gerar um volume suficiente para abastecer a região da Baixada Fluminense. Estas ampliações foram feitas sem a construção de reservatórios e sem a definição de suas áreas de influência, levando a um sistema com alto grau de incertezas, que funciona precariamente, baseado em permanentes manobras de água realizadas de forma aleatória e muitas vezes clientelistas pelos DAEs (distritos de água e esgotos) (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2006).

Outro importante indicador das desigualdades sócio-espaciais refere-se à mobilidade diária no interior da metrópole. Como as condições de acessibilidade ao

mercado de trabalho e ao consumo são desiguais, a distância casa-trabalho e o tempo gasto nesse percurso são indicadores dos mecanismos reprodutores de desigualdade.

Os municípios da Baixada eram considerados “cidades dormitórios”, devido à relação pendular que seus moradores estabeleciam com a cidade do Rio de Janeiro. Essa classificação não apenas denota a condição periférica da Baixada, que a expressa apenas reforça e ajuda a cristalizar, como também desqualifica esse espaço como um lugar de significado social, de construção de sociabilidade. Ou seja, como lugares antropológicos, na concepção de Barbero (*apud* COSTA, 2002), que seriam “lugares carregados de história, denso de senhas de identidade acumuladas por gerações em um processo lento e longo”.

Para Caldeira (1984), essa expressão negligencia o fato de que há moradores que não trabalham fora e, portanto, permanecem no bairro. Essa classificação está orientada pela divisão do tempo livre e do tempo de trabalho, em que apenas o segundo tem valor. Não se considera, assim, a importância do cotidiano, do lazer⁶, das relações de vizinhança.

De acordo com o gráfico 1, constata-se que a grande maioria dos trabalhadores metropolitanos trabalham no município de residência, indicando sua capacidade em reter mão-de-obra.

Em pesquisa recente e mais detalhada sobre a mobilidade de trabalhadores na metrópole do Rio de Janeiro, Lago (2006) observou que sub-centros periféricos, como Nova Iguaçu, revelam capacidade de atração significativa. Examinando o perfil sócio-ocupacional, verifica-se que Nova Iguaçu consegue reter as categorias dos dois extremos da hierarquia social e ainda os operários da indústria, prestadores de serviços especializados e profissionais de nível superior. Há uma dificuldade de absorção das classes médias que emergem nas áreas periféricas da metrópole.

⁶ Em tese de doutorado, Magnani (2003) atribuiu às formas de lazer na periferia paulistana, como o circo, o papel de possibilitar o reconhecimento mútuo, a interação comunicativa e a construção de identidades.

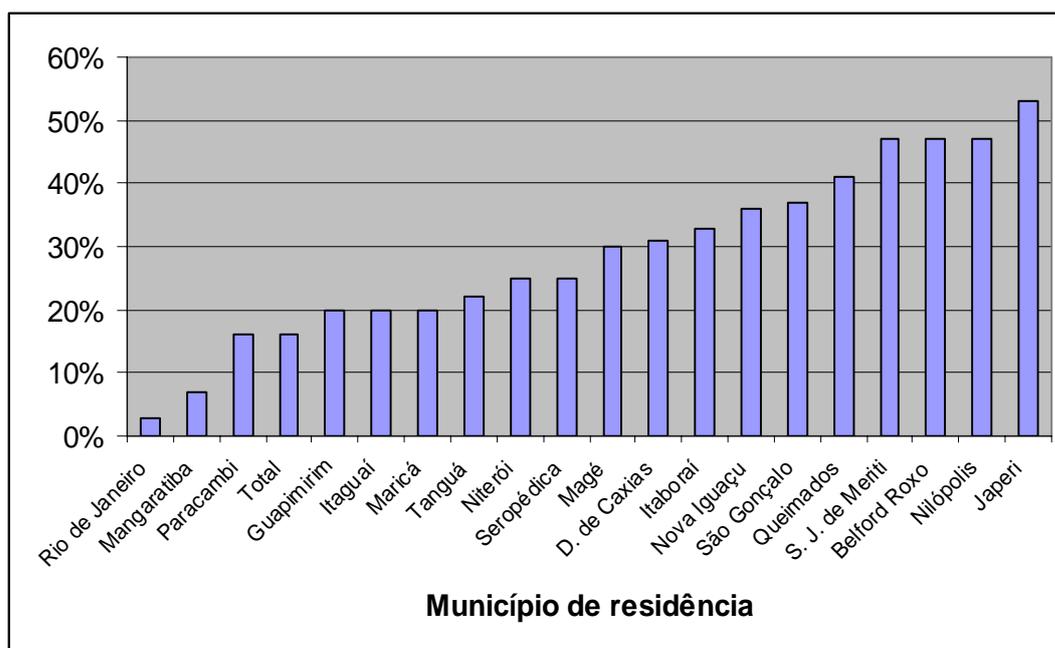


Figura 4 – Percentual da PEA que trabalha na metrópole do RJ, fora de seu município de residência – Censo 2000. Fonte: LAGO, 2006.

Proporção de pessoas filiadas ou associadas por tipo de organização - 1996					
		Filiadas ou associadas (%)	Distribuição da participação por tipo de organização		
			sindicato ou assoc. de classe	assoc. de bairro	outras
Município do Rio de Janeiro		27	66	13	29
Baixada Fluminense		17	66	13	26
Demais municípios da RMRJ		24	64	8	35
Região Metropolitana do Rio de Janeiro		24	66	12	30

Tabela 3 - Proporção de pessoas filiadas ou associadas por tipo de organização – 1996.

Fonte: IBGE/PME, 1996. Tabulação do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal - IPPUR/UFRJ - FASE

O último indicador que consideraremos será quanto ao grau de associativismo, por considerarmos relevante para os fins desse trabalho. As organizações sociais são um poderoso mecanismo de integração e o pertencimento a redes de solidariedade é uma forma de habilitar seus membros na luta por direitos.

Os dados mostram que a despeito das reformas liberais e do processo de flexibilização do trabalho, os sindicatos são ainda a principal forma associativa. O dado importante é quanto às diferenças entre a capital e o seu entorno, guardando forte relação com o quadro de desigualdade que vimos esboçando até aqui.

Diante do baixo grau de associativismo fluminense, nota-se que o exercício dos direitos se encontra limitado nessa região. A história social e política do Rio de Janeiro demonstra uma dificuldade em “transformar sua participação comunitária em capacidade de participação cívica” (CARVALHO, J. M, 2005: 143). E dentro desse quadro, a Baixada apresenta os menores níveis de associativismo.

Em pesquisa sobre associativismo no Rio de Janeiro, Santos Junior (2001), aponta a relação entre padrão de associativismo, renda e nível educacional, em que as áreas habitadas por segmentos de alta renda e alto nível educacional tendem a ser as áreas com maior grau de associativismo. O que nos permite entender a frágil cultura cívica da Baixada, em que a maioria da população se mostra indiferente à política formal, está distante das organizações da sociedade civil, não faz representar seus interesses na esfera pública e convive com práticas políticas marcadas pelo clientelismo e mandonismo. (SANTOS JUNIOR, 2001).

O exercício deste capítulo permitiu que nos aproximássemos da Baixada. Para isso, tratamos desde sua história urbana chegando a indicadores atuais como associativismo, acesso a serviços públicos, passando pela sua representação através da imprensa.

Diante de tantos indicadores que refletem as carências, a condição subalterna, a frágil cultura associativa, é importante salientar as experiências e os espaços que a população encontrou para problematização de questões locais e exercício de direitos.

Em sua dissertação de mestrado, Monteiro (2001) defende que a cultura política baixadense não foi construída unicamente pelas classes superiores da região. Ela desenvolveu mecanismos próprios informais de amenização dos problemas. O autor cria a categoria “rede de resolução de problemas práticos” para dar conta dessa realidade. Seu argumento é de que desde os loteamentos, a população viu-se esquecida pelo poder público e obrigada a construir o seu lugar de moradia através de meios próprios. Daí estabeleceram-se práticas de amenização das condições desvantajosas de vida, de problemas cotidianos.

Não apenas iniciativas informais, mas também diferentes experiências de ativismo social de grande importância e que influenciaram a história do lugar, como é o caso do

MAB (Associação de Moradores de Nova Iguaçu), criado em 1976, símbolo de luta por melhorias para os bairros. Tinha um cunho reivindicatório, e em pouco tempo se articulou com a Igreja Católica, o sindicalismo e os partidos de esquerda proscritos pela ditadura (LESBAUPIN; 1982; BERNARDES, 1983; FREIRE, 2001).

Vimos a organização camponesa e os saques nos anos 60 como exemplos da experiência da população baixadense em reagir na medida da sua necessidade e através de seus recursos.

A Igreja Católica cumpriu papel fundamental nos anos 70, pela atuação das pastorais e CEBs junto às associações de moradores, clubes de mães e sindicatos, destacando-se as figuras dos bispos Dom Mauro Morelli e Adriano Hipólito (SIMÕES, 2007).

É a partir desse contexto que devemos considerar o caso das rádios comunitárias, como forma de democratizar o espaço público. O que no caso da Baixada Fluminense ganha particular relevância, ao permitir, como veremos, a articulação e divulgação de imagens e leituras positivas do lugar.